



A operacionalização do atendimento educacional especial (AEE) nas escolas públicas de Santiago - RS

Danieli Contessa Frescura¹, Cisnara Pires Amaral²

¹Bióloga egressa do curso de Ciências Biológicas – URI- Santiago

danielefrescura@hotmail.com

²Docente do curso de Ciências Biológicas – Uri Santiago

cisnara@yahoo.com.br

A dinâmica da inclusão escolar nos apresenta uma escola para todos, valorizando a legitimidade e a bagagem que o discente traz consigo, sendo assim este processo levanta várias mudanças a serem alcançadas no meio educacional. O presente trabalho teve por finalidade analisar a estrutura de escolas públicas que atendem alunos portadores de necessidades educacionais especiais, observando se tais condições estão adequadas para o público alvo, analisando como se dá o atendimento nas salas de recursos, bem como quantos e quais alunos são atendidos. Para a inclusão ser concretizada é fundamental o papel do educador, assim descreve Antunes (2009), o professor deve saber efetivamente transformar informações do cotidiano dos educandos em conhecimentos válidos para a vida dos mesmos, pois sabemos que, entre tantos fatores que refletem na aprendizagem do aluno, a contribuição do professor é a mais importante e decisiva. Assim sendo, o aluno não vai para a escola para escutar aula e fazer prova, mas para aprender a reconstruir conhecimento com autonomia, dessa forma faz-se necessário à integração entre toda a comunidade escolar para que a inclusão seja definitivamente alcançada. Este trabalho foi desenvolvido através de questionários aplicados a direção da escola e ao professor responsável pela sala de atendimento educacional especial em seis escolas do município, sendo estas selecionadas aleatoriamente, através de sorteio. Com este trabalho concluímos que o município oferece uma infraestrutura adequada para o atendimento de alunos portadores de necessidades educacionais especiais, porém são necessárias algumas adaptações estruturais para que o atendimento seja realmente de qualidade. O processo de inclusão é lento e gradual. Educadores, pais e escola devem preocupar-se mais com o aluno



com necessidade educacional especial, buscando ações conjuntas, priorizando assim ensino e aprendizagem, tendo um único propósito: tornar a vida deste aluno mais significativa.

Palavras-chave: Inclusão, sala de recursos, portadores de necessidades educacionais especiais.

The operation of special educational services (AEE) in the public schools of Santiago - RS

The dynamics of school inclusion presents a school for all, enhancing the legitimacy and baggage that the student brings with it, so this process raises a number of changes to be achieved in the educational environment. The present study aims at examining the structure of public schools serving students with special educational needs, observing if the conditions are appropriate for the audience target, analyzing how the two care in resource rooms , as well as how many and which students are served. For inclusion to be achieved is the fundamental role of the educator , describes Antunes (2009), the teacher must know information effectively transform the daily lives of students in valid for the life of their knowledge, because we know that among many factors that reflect on learning the student , the contribution of the teacher is the most important and decisive. Therefore, the student does not go to school to listen lesson and to prove, but to learn to rebuild knowledge autonomously , thus it is necessary to integrate the entire school community to the inclusion is definitely achieved. This work was developed through questionnaires the school board and the teacher responsible for special educational services room in six schools in the city, which are selected randomly by lottery. With this work we conclude that the municipality offers adequate for the care of students with special educational needs infrastructure, but some structural adaptations that the service is really quality are needed. The inclusion process is slow and gradual. Educators, parents and school should be more concerned with students with special educational needs, seeking joint actions, thus prioritizing teaching and learning, with a single purpose: to make life more of this student significant .

Key words : Inclusion , resource room , people with special educational needs.



Introdução

A educação inclusiva é uma proposta que visa à promoção de práticas pedagógicas que contemplem a individualidade dos alunos no ensino regular, valorizando a bagagem cultural que traz consigo. A dinâmica da inclusão traz várias mudanças para a educação como um todo, principalmente no planejamento e atuação na sala de aula. A inclusão escolar cresce a cada ano, e com ela o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos.

Uma escola inclusiva possibilita aos que são discriminados pela deficiência, pela classe social ou pela cor, que assim exerçam a sua cidadania e ocupem o seu espaço na sociedade.

O movimento pela inclusão escolar vem sendo debatido em todo o mundo e, nas últimas décadas, está crescendo consideravelmente no Brasil. Como consequência, tem originado a elaboração de políticas públicas educacionais para a inclusão de alunos com necessidades especiais.

A proposta de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica à constituição de qualquer sociedade, através deste princípio se sinaliza a necessidade de garantir o acesso e a participação de todas as diversas oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo.

Assim para Mantoan (2003), a inclusão torna-se uma razão para que a educação em geral se modernize, onde professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas e que nas escolas ocorra a reconstrução de suas condições, para oferecerem uma educação adequada a todos os seus alunos, em sua individualidade, sem excluir ninguém.

Atualmente algumas escolas já oferecem uma estrutura adequada para a inclusão dos alunos, mas ainda encontramos aquelas com dificuldades, tanto no grupo docente quanto na infraestrutura, principalmente no ensino regular. Para se construir uma escola inclusiva é primordial um trabalho educativo buscando acabar com preconceitos e concepções acerca da legitimidade do sujeito.

Hoje, muitos profissionais da educação não estão habilitados para trabalhar com um público diverso e principalmente com alunos que portam alguma necessidade, seja esta física ou mental. Para isso foi criada nas escolas o Atendimento Educacional Especializado (AEE) com a finalidade de orientar professor e aluno, dando suporte didático-pedagógico



para que a aprendizagem deste aluno especial se torne concreta, aprimorando sua ação educativa, dinamizando atividades que proporcionem a valorização das diferenças, o afeto e a convivência com a sociedade, alcançando aprendizagem.

E para levar em consideração a aprendizagem faz-se necessário entender um pouco da história do desenvolvimento dessa trajetória que contempla as individualidades educacionais.

O conceito de necessidades educacionais especiais foi, consagrado no Relatório Warnock, em 1978. Para os objetivos e funções da educação, a importância de denominar as pessoas segundo categorias classificatórias de deficiência ou de desajustamento social foi questionada, o que representou, à época, uma abordagem inovadora em educação especial, evitando-se a terminologia da deficiência, entendida como cunho pejorativo. Este relatório deixou claro que a presença da deficiência não significa dificuldades na aprendizagem (MEC, 2006).

No Brasil, a expressão necessidades educacionais especiais, tornou-se mais abrangente, não ficou restrita somente a alunos com deficiência, mas sim a todos aqueles excluídos pela sociedade por várias razões, isso se deu através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, Lei que veio no cume do movimento em prol de uma escola inclusiva, ou seja, uma escola de qualidade para todos.

A proposta de uma abordagem inclusiva na educação obteve grandes avanços e estes se tornaram mais significativos após a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (1994) na Espanha, quando foi elaborada a Declaração de Salamanca sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, direcionando o movimento de inclusão em todo o mundo, orientando para o acolhimento por parte da escola de todos os alunos, independente de suas diferenças.

Na Declaração de Salamanca se lê:

[...] reafirmamos, pela presente Declaração, nosso compromisso com a Educação para todos, reconhecendo a necessidade e a urgência de ser o ensino ministrado, no sistema comum de educação, a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais, e apoiamos, além disso, a Linha de Ação para



as Necessidades Educativas Especiais cujo espírito, refletido em suas disposições e recomendações, deve orientar a organizações e governos (UNESCO, 1998, p.5).

A partir dessa conferência ocorreu a disseminação dos conceitos de inclusão e de educação inclusiva, demonstrando uma preocupação com todas as pessoas que se encontravam excluída da escola: pobres, negros, mulheres, pessoas com deficiências ou altas habilidades, entre outros (SILVA & REIS, 2011).

Para desejar um ensino de qualidade, a inclusão se torna uma necessidade, sendo que Portadores de Necessidades Educacionais Especiais tem o direito de estar em escolas regulares previsto em lei, e não em escolas especiais.

Assim em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394/96, promoveu a educação especial, estendendo a oferta para a faixa etária de 0 a 6 anos e proporcionou melhorias na qualidade dos serviços educacionais, na preparação dos professores, bem como nos recursos adequados para o atendimento aos portadores de necessidades especiais. O Capítulo V, Art. 58 define Educação Especial como sendo:

a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).



A escola se abarrotou do formalismo e da racionalidade e cindiram-se em modalidade de ensino, tipos de serviços, burocracia, e assim a inclusão torna-se uma saída para a mesma voltar a fluir, levando sua formação para todos que dela compartilham (MANTOAN, 2003).

A inclusão escolar é uma prática de aceitação a qualquer sujeito em escolas regulares, levando em conta sua individualidade e legitimidade.

Assim sendo, a noção de inclusão está na inserção de uma forma completa e sistemática, com o objetivo de não deixar ninguém de fora do ensino regular. As escolas inclusivas devem propor um modo de construção do sistema educacional considerando as necessidades de todos os alunos (MANTOAN, 2003).

Porém para a inclusão acontecer é necessário mudanças de paradigmas no próprio movimento da escola, é urgente a validação de todas as estratégias de aprendizagem que agrupam alunos de diferentes níveis (MANTOAN, 2006 apud FRESCURA, 2008).

Neste sentido para Carvalho (2010), as dificuldades não estão localizadas no aluno portador em si, mas estão na disponibilidade, pelas escolas, e outros, dos recursos humanos, tecnológicos, indispensáveis para a derrubada das barreiras para a aprendizagem efetiva.

A inclusão é mais um motivo para o aperfeiçoamento de educadores para realizar propostas de cunho inclusivo e também como razão para a atualização das escolas, para que atendam as exigências da sociedade, que não admite discriminação e preconceitos, sejam por cor, cultura, povos.

Neste aspecto Cury (2003) ressalta que a sala de aula não deve ser vista como um exército de pessoas caladas muito menos como um teatro onde o professor é o único ator e os alunos apenas espectadores passivos. A aprendizagem deve acontecer de maneira participativa, transformando a informação em conhecimento.

Um desafio que se coloca para a efetiva inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais é a falta de preparo de grande parte dos professores e, mais especificamente, a falta de uma formação fundamentada nos pressupostos da educação inclusiva. É comum ouvir de muitos professores que não estão ou não se sentem preparados para lidar com alunos com diferentes necessidades educativas.

A LDB menciona em seu capítulo V, artigo 59, que é responsabilidade dos sistemas de ensino assegurar ao educando com necessidades especiais: currículo específico para



atender às suas necessidades, uma educação especial que prepare para o trabalho, garantindo a integração na vida em sociedade, professores com especialização adequada (média ou superior), para atendimento especializado, bem como capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

Quando se trata da inclusão, os aspectos ligados à formação do professor devem ser especialmente considerados, uma vez que, este deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com necessidades educacionais especiais.

O AEE é alcançado mediante a ação de profissionais com conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, da Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistida e outros (MEC/SEESP, 2007).

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, os professores da classe comum e da sala de recursos devem estar em constante integração, pois se não estiverem entrosados, isso pode acarretar, o rendimento não satisfatório do educando por eles atendido (BRASIL, 2001).

Os alunos que estão inseridos no AEE são aqueles que apresentam alguma necessidade educacional especial, temporária ou permanente. Onde, entre eles, estão os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou barreiras no processo de desenvolvimento que atrapalham o acompanhamento das atividades curriculares, com dificuldades de comunicação, alunos que evidenciem altas habilidades. Também fazem parte destes grupos, os alunos que enfrentam limitações no processo de aprendizagem devido a condições, distúrbios, disfunções ou deficiências, tais como: autismo, hiperatividade, déficit de atenção, dislexia, deficiência física, paralisia cerebral e outros (SCARTASSINI & SCHAF, 2011).

Assim, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica apontam que todo e qualquer aluno pode apresentar, durante sua aprendizagem, alguma necessidade educacional especial, por algum tempo ou permanente, vinculados ou não: a



dificuldades específicas, problemas de atenção, ou fatores ecológicos e socioeconômicos (BRASIL, 2001).

Baseando-se nas necessidades de seus discentes as escolas devem construir seu quadro de profissionais, buscando o aprimoramento e competência para atender esse público tão diverso, bem como sua estrutura física com rampas, banheiros acessíveis, sala de recursos.

A Sala de Recursos é um espaço, organizado na escola, que oferece serviços e recursos da Educação Especial aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica a sala de recursos é um serviço de apoio pedagógico especializado que ocorre no espaço escolar, sendo definido como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso dos superdotados) e complementa (para os demais alunos) o atendimento educacional realizado em classes comuns da rede regular de ensino (BRASIL, 2001).

Uma Sala de Recursos é um espaço para AEE sendo uma ação do sistema de ensino no sentido de oferecer o suporte às necessidades educacionais dos educandos, favorecendo seu acesso ao conhecimento e desenvolvendo competências e habilidades próprias. O profissional docente inserido nesta sala deve atuar de forma colaborativa com o professor da classe do ensino regular, para a demarcação de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso ao aluno com deficiência ao currículo e sua interação, entre outras ações promovendo assim a inteira inclusão do aluno (SCARTASSINI & SCHAF, 2011).

Tal sala deve ser estruturada com materiais e equipamentos especiais, na qual um professor especializado auxilia os alunos que precisam de ajuda para prosseguir na classe comum. Segundo Mazzotta (1993, p.25) “o professor da sala de recursos tem uma dupla função: prestar atendimento direto ao aluno e indireto através de orientações e assistência aos professores.”

Para que se consiga de fato fazer inclusão, as barreiras devem ser quebradas conforme as necessidades apresentadas. As instituições de ensino devem promover as condições de acessibilidade aos ambientes, aos seus recursos pedagógicos, à comunicação,



à informação e ao diálogo sobre a valorização das diferenças (MEC, SEESP, 2008 apud BEZ, 2009).

Apesar de todas as garantias asseguradas por lei, ainda se torna difícil alcançar mudanças no dia-a-dia escolar. A realidade da escola ainda é configurada pela falta de recursos pedagógicos e pela fragilidade dos professores em lidar com as diferenças de aprendizagem dos alunos, onde os que apresentam esse tipo de dificuldade são tratados como alunos com “dificuldades de aprendizagem”, quando na realidade este aluno não está conseguindo aprender, ou seja, não ocorre a aprendizagem.

As reformas começam na construção de um currículo com adaptações às necessidades individuais dos discentes e na metodologia a ser adotada em sala de aula, assim são indispensáveis avaliações no projeto político pedagógico das escolas e que estes sejam construídos em equipe, envolvendo toda a comunidade escolar, pois em uma escola inclusiva cada indivíduo deve estar preparado para exercer seu papel, seja este, professor, funcionário ou aluno.

Segundo Carvalho (2000), a educação especial manifesta-se pelas suas práticas pedagógicas que respondem a diversidade dos alunos inseridos no contexto de uma escola para todos, mas deve tratar de oferecer respostas educativas no processo de desenvolvimento da cidadania de todos os discentes, seja deficiente ou não.

Assim sendo, o trabalho pedagógico das escolas inclusivas e seu corpo docente, precisam andar lado a lado, preparando o docente, reforçando práticas e métodos, buscando novos olhares frente à educação e seus processos em busca de uma escola para todos.

MATERIAL E MÉTODOS

Este projeto de pesquisa foi desenvolvido, a partir, de pesquisa de campo, que segundo Fonseca (2002), caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realiza-se a coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.).

Foi desenvolvido em seis escolas no município de Santiago-RS, para tal aplicou-se um questionário para os professores responsáveis pelas salas de AEE e outro para a direção



da escola, realizado de acordo com os critérios éticos estabelecidos na Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012), obtendo **CAAE: 20732213.6.0000.5353**.

A pesquisa foi realizada em três escolas da rede municipal, três escolas da rede estadual, selecionadas aleatoriamente, através de sorteio. Para o levantamento da estrutura dos educandários, foi elaborado um questionário, trazendo questões para a análise da acessibilidade, recursos oferecidos aos alunos, quantos alunos aproximadamente a escola recebe que necessitam de atendimento educacional especializado, aplicado aos diretores de escolas.

Para a análise de quais alunos são atendidos nas escolas selecionadas, e como se dá o funcionamento das salas de AEE, também foi elaborado outro questionário, aplicado aos professores responsáveis por estas salas, para obter informações sobre seu desdobramento e ter uma noção de quais alunos que necessitam de atendimento educacional especial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Seguem resultados referentes às questões do questionário aplicado a direção escolar:

Questão 01: Há quanto tempo (anos) a escola atende a alunos com necessidades educacionais especiais? (Figura 01).

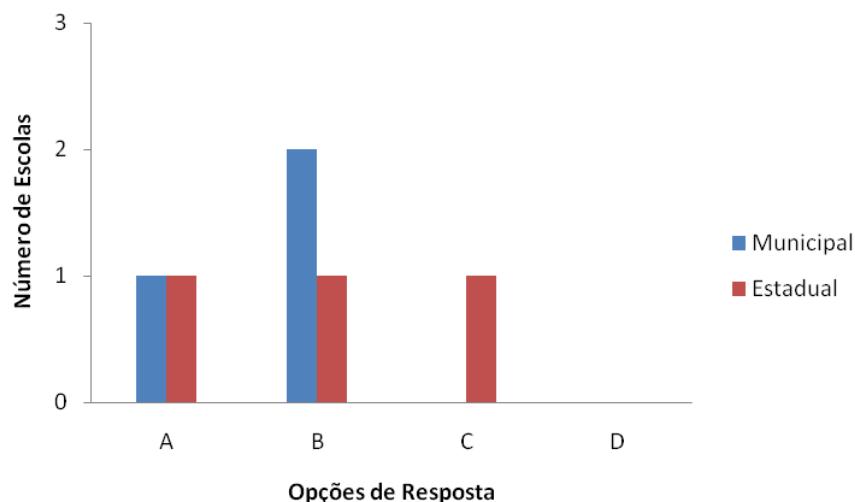


Figura 01: Representa o resultado da questão 01, respondida pela direção da escola sobre o tempo em que esta trabalha com alunos incluídos e tem com opções de resposta A=<5 anos; B=Entre 5 e 10 anos; C=Entre 10 e 20 anos e D=20 anos ou mais.



A figura acima demonstra que a educação inclusiva está presente nas escolas regulares a pouco tempo, observando que nas escolas municipais apresenta-se a menos de 10 anos, e nas escolas da rede estadual concluímos que ocorreu entre 10 e 20 anos. Esse resultado demonstra que a rede estadual de ensino além de apresentar uma maior quantidade de alunos matriculados, está localizada em pontos estratégicos onde agregam várias comunidades, apresentam melhor estrutura física e maior quantidade de recursos humanos, sendo responsável direta até pouco tempo pelo ensino fundamental e médio, além de apresentar quantidades maiores de repasses de verbas destinados ao cumprimento da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que declara que o AEE deve estar disponível preferencialmente nas escolas da rede regular de ensino, sendo este o ambiente mais adequado para garantir o relacionamento e todo tipo de integração que possa beneficiar o seu desenvolvimento.

Outras hipóteses sugerem que alunos com deficiências especiais também podem ser encontrados na zona rural, dependendo de transporte específico para seu deslocamento, também sabemos que existem algumas famílias que passam a tratar a deficiência como doença crônica, sem maiores perspectivas ou maiores expectativas em relação à aprendizagem, privando o discente do contato com o meio adequado. Neste contexto, Delors (2012) observa que a educação tem a missão de transmitir conhecimentos da diversidade humana e tentar conscientizar as pessoas sobre as semelhanças e interdependência existentes em toda a humanidade.

Questão 02: A escola possui uma estrutura que atende aos alunos com necessidades educacionais especiais?(Figura 02)

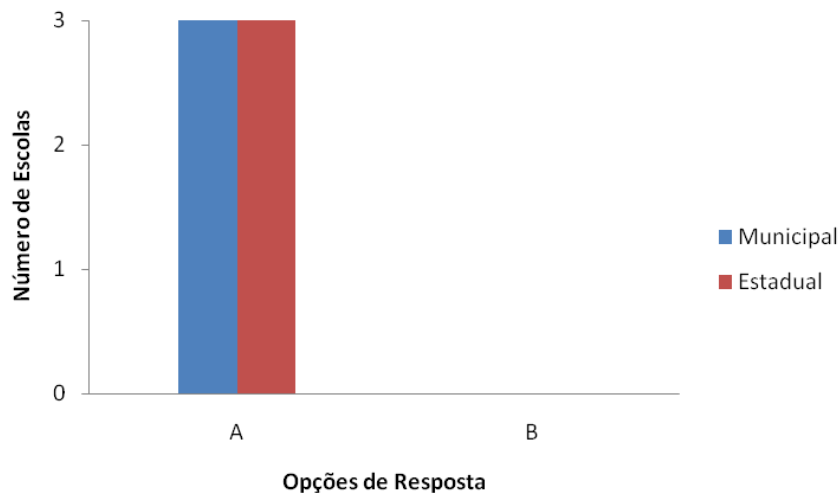


Figura 02: Mostra se as escolas possuem uma estrutura para receber alunos especiais.(Opções de resposta: A=Sim e B=Não)

Através da análise do gráfico observamos que todos os educandários possuem uma estrutura que possibilite o atendimento de pessoas com necessidades educacionais especiais, existindo melhorias que estão sendo apresentadas para que ocorra o exigido na LDB. Na medida do possível as verbas destinadas a melhorias na infraestrutura estão sendo utilizadas para que todas as escolas públicas tenham acesso adequado e disponibilize espaços para esse tipo de educando. Sendo a escola um bem de todos, que agregue uma escola inclusiva, sem preconceitos e discriminação deverá ter como princípio básico buscar o reconhecimento dos direitos e deveres de cada um.

Questão 03: A escola possui rampas de acesso para cadeirantes? (Figura 03)

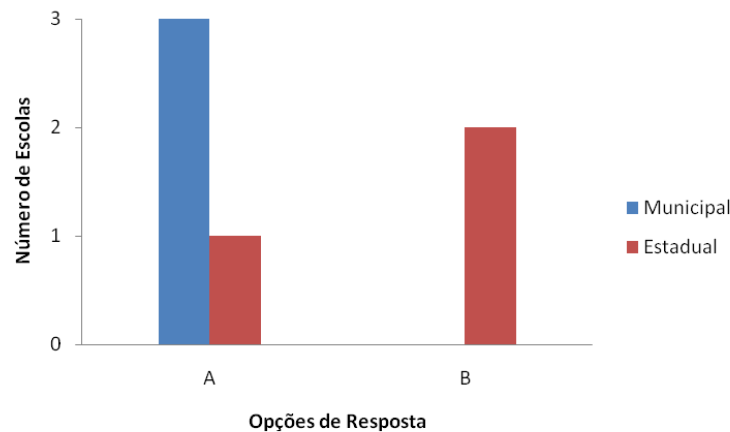


Figura 03: A figura expõe o resultado para a questão 03, onde se refere a rampas de acesso nas escolas. (Possíveis respostas da questão 03: A=Sim e B=Não)

Nas escolas municipais as rampas estão presentes nas três escolas questionadas e nas estaduais em apenas uma temos acesso para cadeirantes. Segundo os questionários as escolas municipais estão mais adaptadas, pois tem como meta oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, além de custear o ensino fundamental, base da educação, local onde se desenvolvem habilidades e competências. Partindo deste pressuposto, os discentes com necessidades especiais são matriculados em sua grande maioria na escola municipal para depois se inserirem nas escolas estaduais em busca de ensino médio ou técnico. Nas escolas públicas verificamos rampa de acesso somente em uma escola, esse fato poderá estar diretamente ligado à falta de repasse de recursos administrados pelo governo estadual, e a falta de autonomia das direções, visto que toda e qualquer obra executada em bem público deverá ser executada mediante verbas públicas. Apesar de BRASIL (2012) listar que as escolas devem dispor de condições de acessibilidade física, como rampas, sinalizações; como também de recursos que auxiliem a mobilidade do educando, como cadeiras de rodas e corrimões, observamos que nem sempre isso ocorrerá na prática.

Questão 04: A escola possui jogos educativos? (Figura 04)

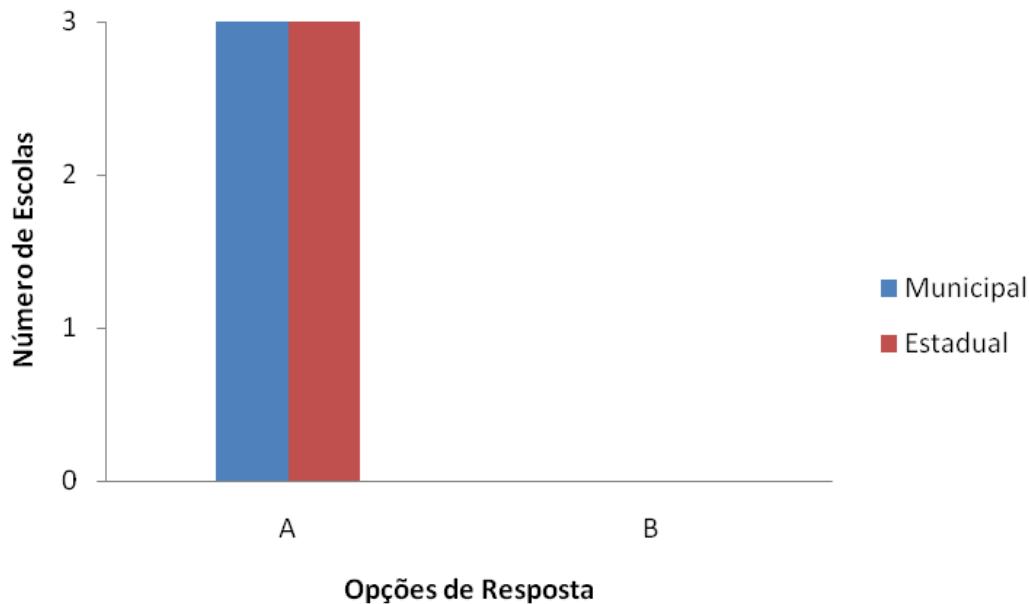


Figura 04: Expõe se as escolas possuem jogos educativos (Opções: A=Sim e B=Não)

De acordo com o gráfico concluímos que todas as escolas estudadas possuem jogos educativos, e entendem a importância deste para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, psicomotor e para a socialização. Todas as instituições acreditam que este suporte didático de aprendizagem é de suma importância, pois poderá ser um recurso a mais na aprendizagem, traz uma solução viável para que o aluno com necessidades especiais possa realizar analogias, ampliando seu universo de atividades.

Os jogos educativos apontados para a finalidade didática revelam ser importantes, pois estes promovem situações de ensino-aprendizagem, auxiliam na construção do conhecimento, introduzindo atividades lúdicas e prazerosas, desenvolvendo a capacidade de iniciação e ação ativa e motivadora (MOYLES, 2002).

Segundo Tarouco et al. (2004), os jogos educacionais são considerados ferramentas instrucionais eficientes, pois divertem enquanto motivam, facilitam o aprendizado e aumentam a capacidade de retenção do que foi ensinado, exercitando as funções mentais e intelectuais do jogador.

Assim contata-se que os jogos educacionais quando utilizados de forma adequada complementam conceitos desenvolvidos em sala de aula e também podem ser recursos



motivacionais para aprendizagem.

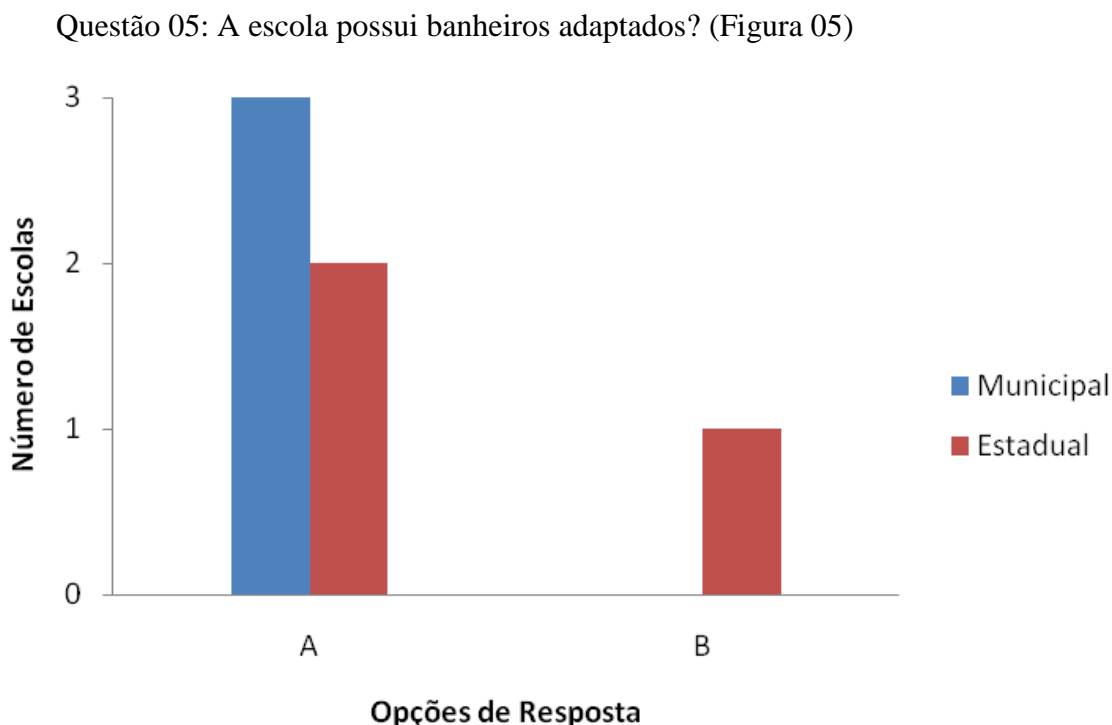


Figura 05: Opção :A=Sim e B=Não

De acordo com o exposto na figura 05 evidenciamos que a rede municipal de ensino esta preparada com este tipo de acessibilidade, e a rede estadual de ensino apontou apenas uma escola que não possui esta estrutura. Sabemos que a escola não possui autonomia para garantir a construção de bens públicos sem verbas pré-estabelecidas e que ocorrem atrasos de verbas ao longo das gestões, esse fato impede que ocorram construções desejadas. Devemos salientar que em nossa cidade existe a APAE, escola especial que abriga vários alunos com necessidades especiais, alguns poucos estão distribuídos nas escolas públicas e municipais.

Os banheiros adaptados, segundo IBDD (2008) devem apresentar barras de apoio, com no mínimo 40 cm da parede, e 80cm de altura, vaso sanitário comum com as barras de apoio bem próximas, e um espaço amplo para a locomoção do indivíduo.



Questão 06: A escola faz uso de mapas conceituais para auxiliar o aprendizado?

(Figura 06)

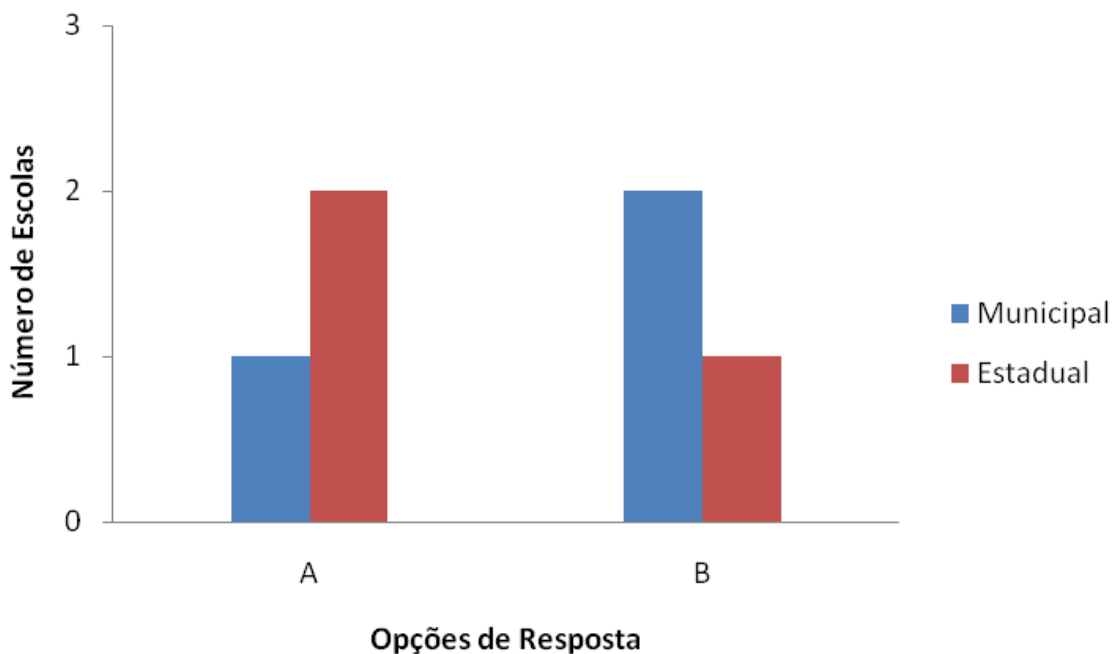


Figura 06: Opções: A=Sim e B=Não

Conforme o gráfico acima, notamos que a maioria das escolas da rede estadual possui este método didático. As escolas municipais apresentam poucos mapas conceituais. Lembramos ainda que a compra de material didático ocorre mediante solicitação de professores, vice-diretores ou professores responsáveis pela sala de AEE, estes recursos serão comprados mediante verba e necessidade do educandário. Para Moreira & Rosa (1986) os mapas conceituais são recursos flexíveis, dinâmicos, utilizáveis em qualquer sala de aula, cuja vantagem está exatamente no fato de enfatizarem o ensino e a aprendizagem de conceitos, algo que muitas vezes fica perdido em meio a uma grande quantidade de informações e fórmulas.

Sendo assim, este tipo de recurso poderá ser usado na aprendizagem dos alunos, pois com eles os mesmos visualizam o conteúdo, relacionando melhor seus conceitos.

Questão 07: A escola possui sala de recursos? (Figura 07)

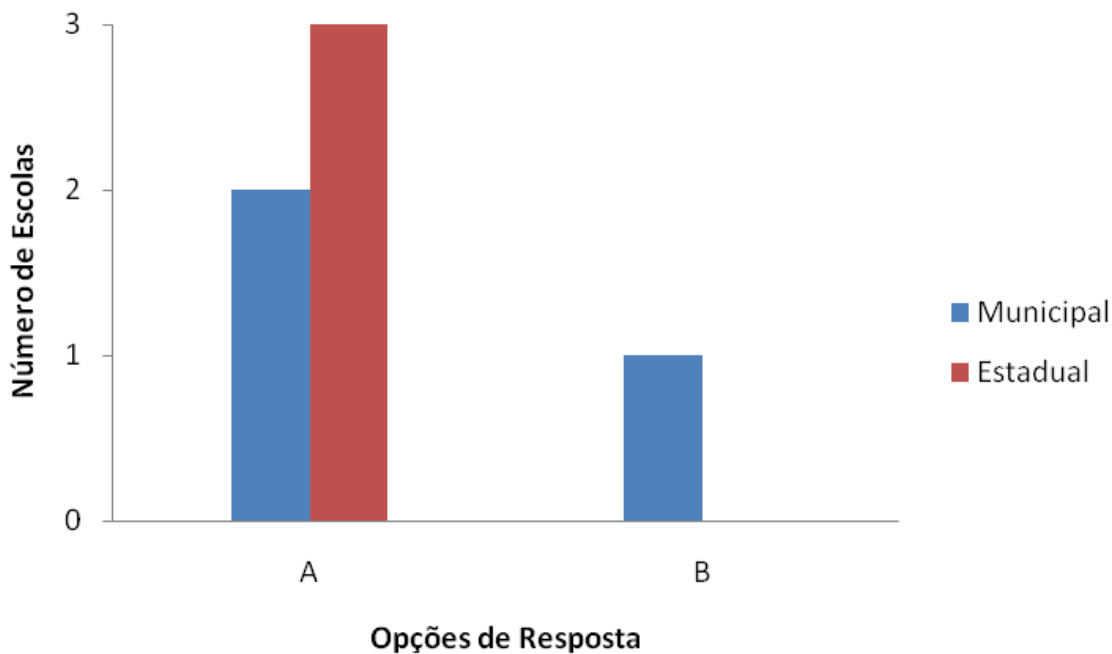


Figura 07: Representa o resultado atribuído à questão 07, onde apresenta se as escolas possuem sala de recursos multifuncionais(ou salas de AEE). (Opções: A=Sim e B=Não)

Segundo o gráfico todas as escolas estaduais possuem sala de recursos multifuncionais. Estão ocorrendo adaptações nas escolas para abrigar esta demanda, um processo de reforma e reestruturação, com o objetivo de assegurar que todos os alunos especiais possam ter acesso as oportunidades educacionais. Apenas uma escola da rede municipal não apresenta tal sala. De acordo com o questionário o município tem escolas muito próximas ou localizadas em regiões de periferia e quando tais escolas são procuradas para matricular alunos especiais acabam orientando o pai ou responsável a buscar outro educandário que satisfaça as necessidades do educando, pois estão sendo realizadas as reestruturações em pontos estratégicos ou escolas que tenham acesso mais viável.

As salas de recursos multifuncionais foram instituídas pelo Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, via Portaria nº13/2007, localizada nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino, que constitui um espaço onde se realiza, prioritariamente, o atendimento educacional especializado (BRASIL, 2012).

Segundo BRASIL (2008) o atendimento educacional especializado tem como função organizar, elaborar e identificar os recursos pedagógicos e de acessibilidade que



possam eliminar as barreiras para a plena participação do aluno, sempre considerando suas necessidades especiais, sendo suas atividades diferenciadas as da sala comum, assim complementando a formação da autonomia e independência dos alunos atendidos tanto dentro como fora a da escola.

Questão 08: Nestas salas, os professores que atendem são especializados para atender esta demanda?(Figura 08)

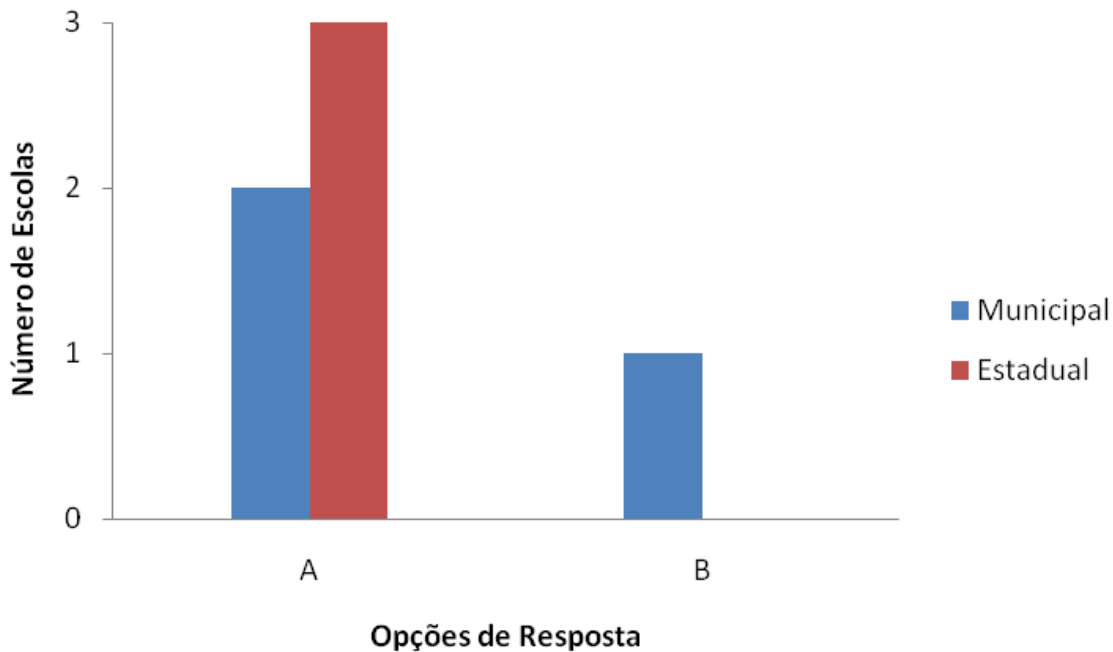


Figura 08: Resultado da questão 08, onde está refer-se a especialização dos professores que atendem nas salas de recursos.(Opções de resposta: A=Sim e B=Não)

A figura representada acima, demonstra que a rede estadual possui professores especializados na coordenação das salas de AEE, é notório que todo o processo leva um tempo para adaptações e que os educadores precisam de preparações, estudo apropriado, entendimento, que estejam capacitados para integrar os educandos portadores de necessidades especiais em classes comuns, pois sabemos que todo profissional envolvido no atendimento educacional especializado, deve possuir formação que lhes possibilite a atuação e sua articulação com os professores da sala regular. Das escolas entrevistadas o município possui um educandário que não tem sala de AEE, tampouco professor; esta



discussão esta atrelada a escolas muito próximas umas das outras ou localizadas na periferia, sem acessibilidade adequada.

Assim os profissionais que atuam nas salas de recursos multifuncionais devem possuir conhecimentos específicos no ensino da Língua Brasileira de Sinais, Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, do sistema Braille, do Soroban, da orientação e mobilidade, das atividades de vida autônoma, da comunicação alternativa, do desenvolvimento dos processos mentais superiores, dos programas de enriquecimento curricular, da adequação e produção de materiais didáticos e pedagógicos, da utilização de recursos ópticos e não ópticos, da tecnologia assistida e outros (BRASIL, 2008)

Questão 09: Quantos alunos a escola atende com necessidades educacionais especiais?(Figura 09)

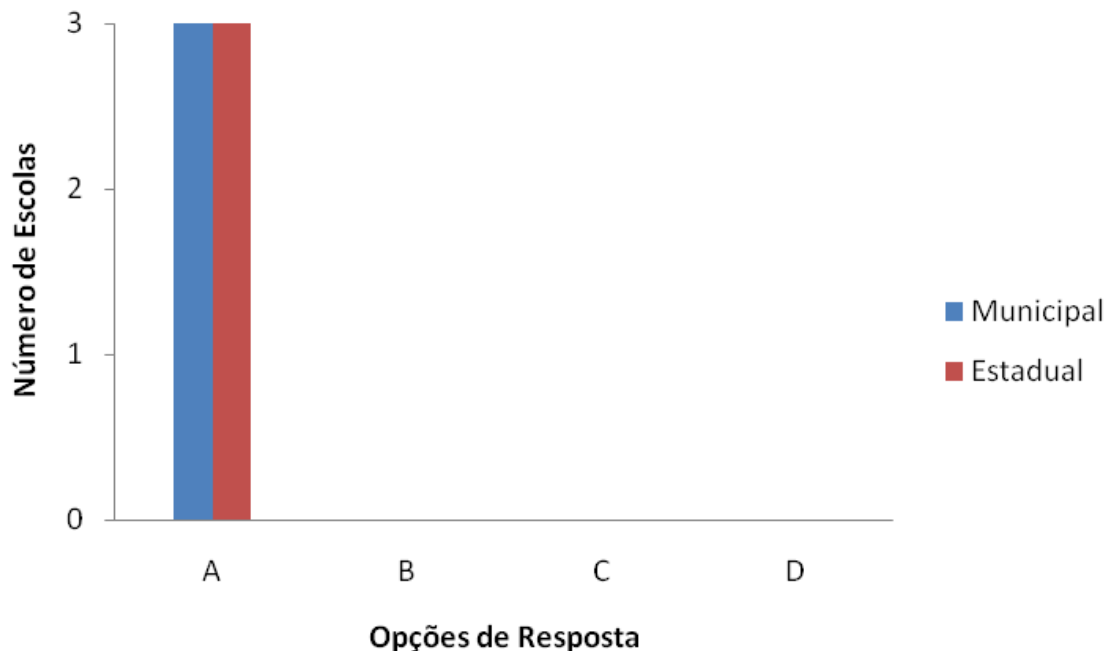


Figura 09: Representa a quantidade de alunos matriculados nas escolas com necessidades especiais. (Opções: A=< de 100 alunos; B=Entre 100 e 200 alunos; C= Entre 200 e 500 alunos e D= Mais de 500 alunos)

Através da análise dos questionários constatamos que tanto as instituições municipais quanto as estaduais tem um número de alunos menor que 100 indivíduos. Sabemos que em nossa cidade a grande concentração de alunos com necessidades especiais



esta vinculada a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), associação que visa o bem estar dos excepcionais, prestando serviços de assistência social, melhorando a qualidade de vida da pessoa portadora de deficiência. Identificamos ainda, que somente a partir do momento que se levantou a bandeira da inclusão que outras instituições passaram a ser alvo destes educandos. Indiferente da instituição é neste espaço que a criança começa a desenvolver suas habilidades e fazer suas próprias escolhas, fator importante para o que denominamos inclusão, aceitabilidade, respeito mútuo, compreensão com o próximo.

Resultados dos questionários aplicados aos professores responsáveis pela sala de recursos multifuncionais

Nas figuras representadas a seguir estão os resultados do questionário aplicado aos docentes responsáveis pela sala de AEE nas escolas entrevistadas. Lembrando que foram computados os dados em três escolas da rede estadual de ensino e duas escolas da rede municipal devido a uma escola, como já mencionado, não ofertar atendimento educacional especializado na rede municipal.

Questão 01: Há quanto tempo (anos) trabalha com alunos incluídos? (Figura 10)

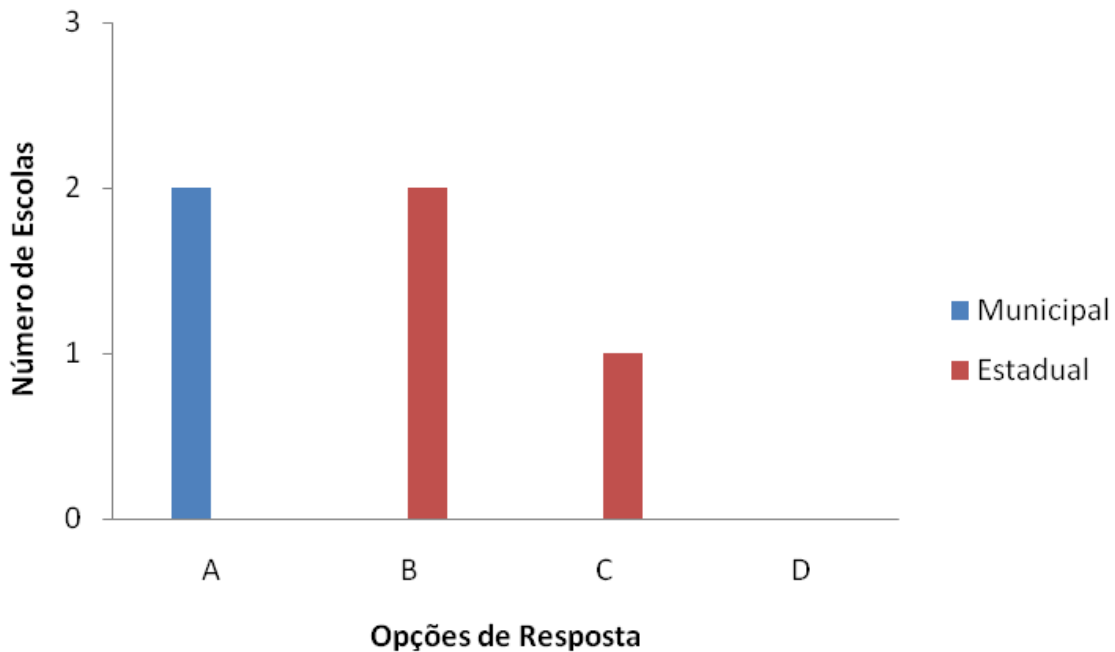


Figura 10: Representa o tempo em anos, que os professores atendem nas salas de AEE (Opções de Resposta: A= <5 anos; B= 5 a 10 anos; C= 10 a 20 anos e D= 20 anos ou mais).

A figura demonstra o tempo em que os profissionais trabalham atendendo alunos com necessidades educacionais especiais, através das salas de recursos nas escolas pesquisadas, observando os seguintes resultados: os professores de AEE das escolas municipais trabalham a menos de 5 anos com alunos incluídos, que pode ser explicado devido ao município oferecer atendimento especializado a menos de dez anos; outra hipótese é que a demanda de professores especializados ainda é baixa para este atendimento, e nas escolas da rede estadual os professores que atendem essa demanda estão vinculados a esta área a mais tempo, observando os preceitos da LDB. Observamos que na rede estadual de ensino existe concurso especializado para esta área de formação por este motivo disponibiliza este atendimento a mais de dez anos.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, para o professor atuar na Educação Especial, ele deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área, como LIBRAS, sistema Braille, desenho universal e outros (BRASIL, 2008).



Questão 02: Como os alunos são encaminhados para atendimento? (Figura 11)

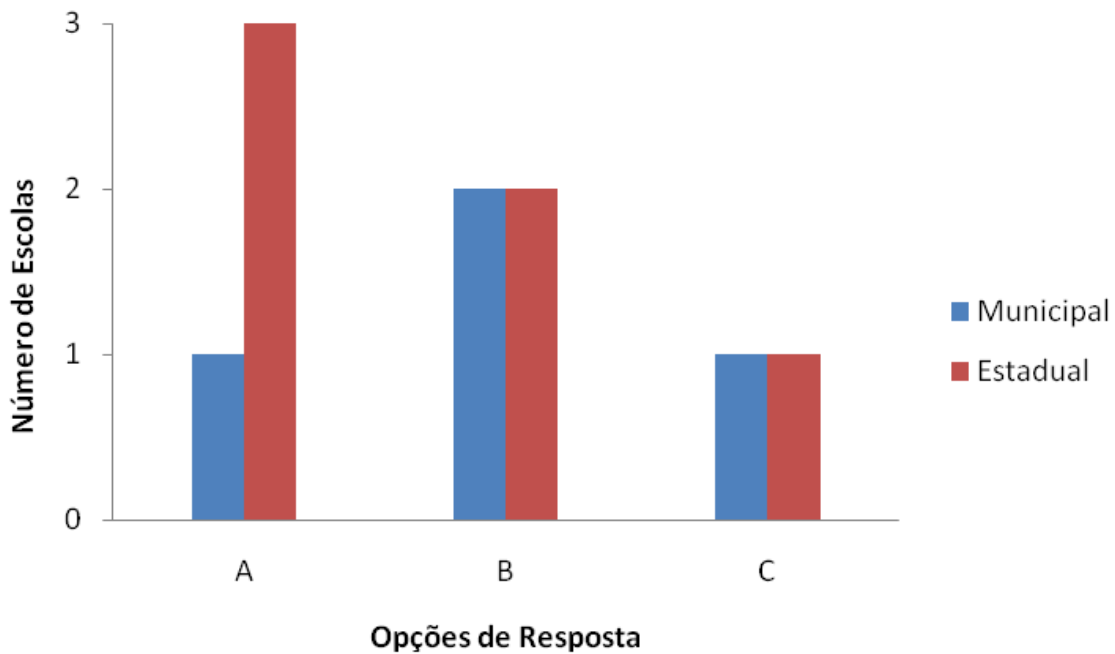


Figura 11: Representa o modo que os alunos são diagnosticados, para serem atendidos como alunos incluídos. (Opções: A= Através do diagnóstico da ação pedagógica da escola; B= Diagnóstico médico ou C= Através da família)

O gráfico acima, representa o encaminhamento dos alunos as salas especializadas, demonstrando que tanto a rede estadual quanto municipal realizam diagnóstico através da orientação pedagógica, de atestados médicos e através de diagnóstico encaminhado pela família. Não houve diferenças significativas entre a rede municipal e estadual quanto à encaminhamentos através de diagnóstico médico ou familiar. Identificamos grande diferença entre escolas estaduais e municipais no quesito diagnóstico através da coordenação pedagógica, concluindo que escolas estaduais possuem maior quantidade de recursos humanos, existem a bastante tempo concursos específicos para professores que atendam alunos especiais e faz algum tempo que todos os professores recebem orientações através da direção para encaminharem alunos especiais para a coordenação pedagógica. Sabemos também que através de reuniões entre equipe diretiva e corpo docente detectam-se possíveis casos de necessidades especiais. Observam-se as relações com o saber médico, a



necessidade de saber o que o aluno apresenta – seu diagnóstico – e a importância da família estar atrelada à escola acompanhando o desenvolvimento de seu filho.

Questão 03: Como ocorre o atendimento, na sala de AEE? (Figura 12)

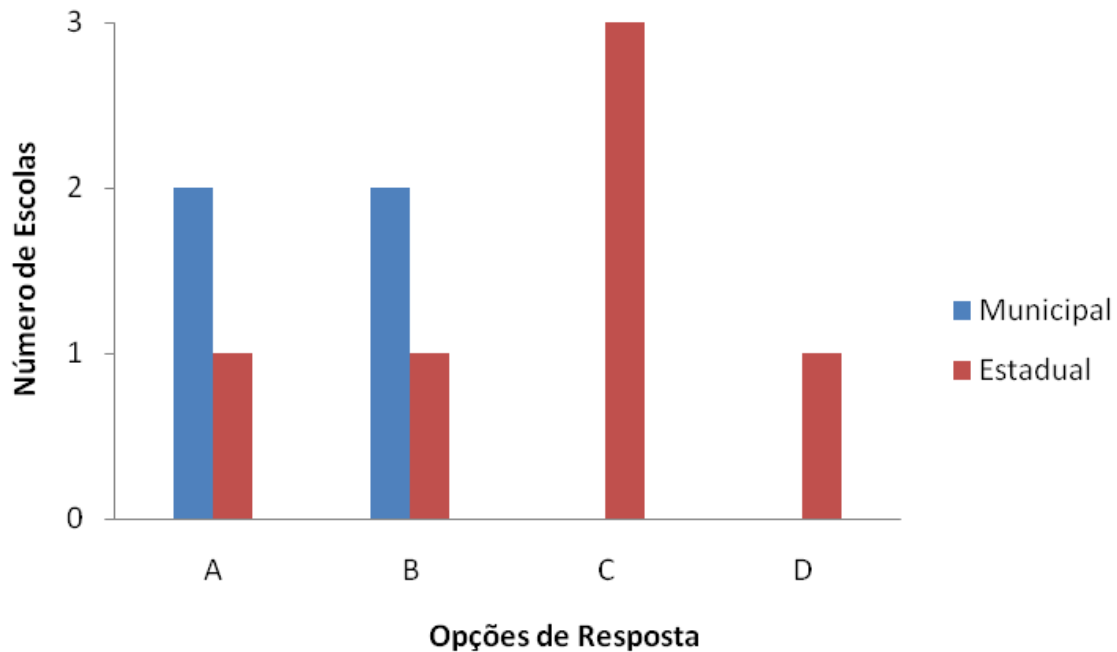


Figura 12: Ilustra como ocorre o atendimento nas salas de recursos.(Opções de resposta da questão 03: A= É realizado o atendimento em turno oposto; B= Atendimento em turno normal da aula; C= Em turno previamente marcado ou D= diariamente).

Evidencia-se que nas escolas da rede municipal o atendimento é feito em turno oposto e em turno normal com acompanhamento em sala de aula. Compreendemos que o atendimento em turno normal é possível pois existem poucos alunos matriculados em tais escolas, apesar da carência de recursos humanos disponível para cada deficiência. Nas escolas pertencentes a rede estadual de ensino é realizado o atendimento em turno oposto, em turno normal e preferencialmente através de horário marcado com os alunos, concluindo que a demanda de alunos é maior, para que o atendimento ocorra beneficiando todos os alunos. O professor precisa agendar horários específicos realizando a mediação entre as áreas do conhecimento e a aprendizagem. Observamos também que em uma das escolas estaduais o atendimento ocorre todos os dias visto a escola possuir um número pequeno de alunos especiais.



Relata Brasil (2012) que as atividades desenvolvidas na sala de recursos são diferenciadas das atividades da sala comum, não podendo ser substitutivas à escolarização, tendo foco pedagógico e não clínico, e também não pode ser confundida como reforço.

Questão 04: Que tipo de necessidade você já atendeu nesta sala? (Figura 13)

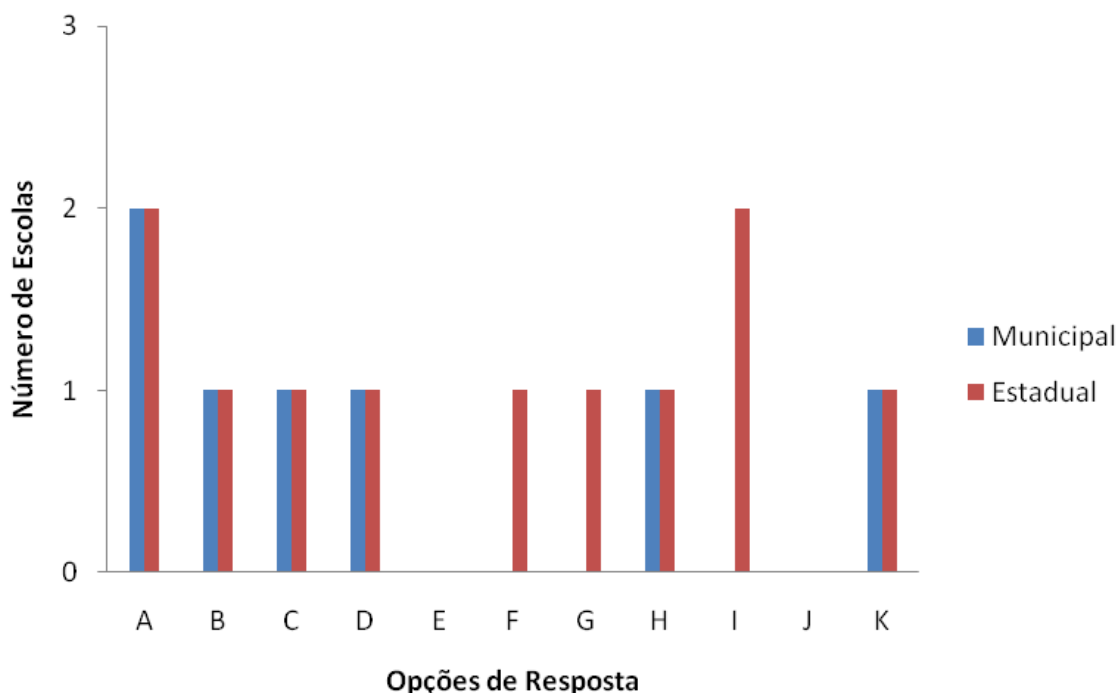


Figura 13: Representa as deficiências já atendidas nas salas de recursos das escolas onde foi realizado o trabalho. (Opções da questão 04: A= Deficiência Intelectual; B= Deficiência Física; C= Dificuldades na comunicação; D= Autismo; E= Altas Habilidades; F= Hiperatividade; G= Dislexia; H= Déficit de Atenção; I= Surdos; J= Cegos e K= Outros)

Na figura acima está ilustrado os casos de deficiência que os professores das salas de recursos já atenderam, observando que não existem diferenças significativas entre rede estadual e municipal nos quesitos deficiência intelectual, deficiência física, dificuldades na comunicação, autismo, déficit de atenção, observando que ambas as redes estão equipadas para receber tais alunos. Na rede estadual encontramos alunos com surdez, hiperatividade e disléxicos e não encontramos em nenhuma escola alunos com altas habilidades. Evidenciamos a proposta de trabalho das redes estaduais e municipais, ambas de acordo com a LDB, o que facilita aos pais a procura pela escola; geralmente os pais procuram escolas próximas ao seu bairro para evitar o transtorno durante o transporte.



Os alunos que são atendidos nas salas de recursos segundo Brasil (2008), são os educandos que apresentam deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos.

Brasil (2010) expõe os alunos que devem ser atendidos nas salas de recursos, que são os alunos portadores de deficiência, tendo impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial; alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam um quadro de alterações do desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação; e alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com áreas de conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, psicomotora, artes e criatividade.

Questão 05: Como é mediado o trabalho entre professores das diferentes disciplinas e professores da sala de recursos ?(Figura 14)

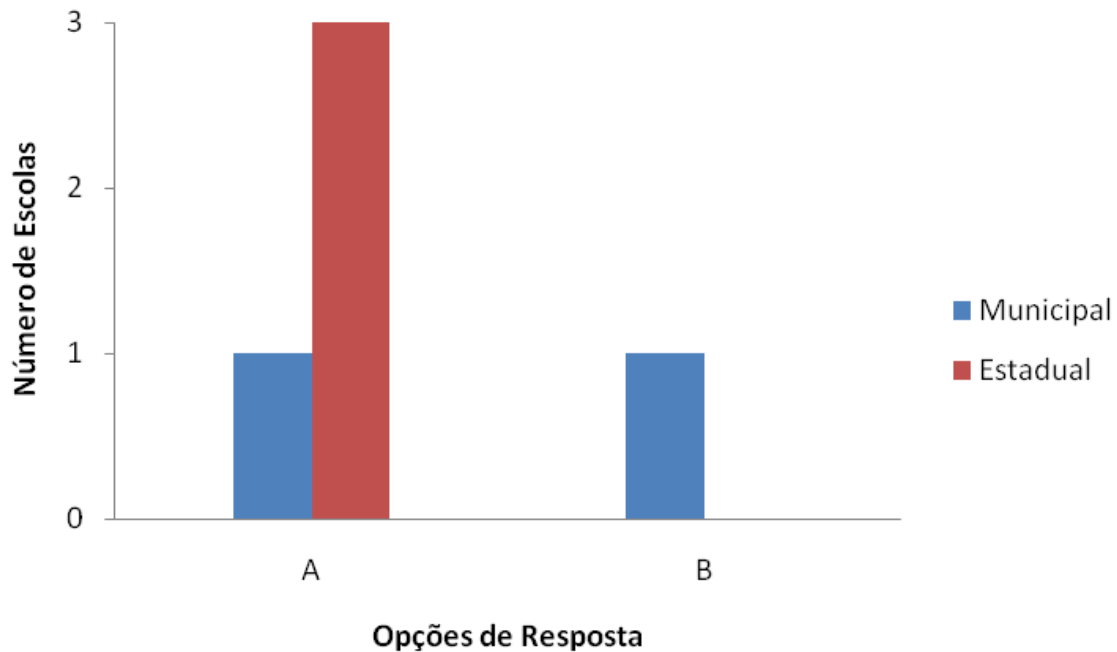


Figura 14: Representa a forma como é organizado o trabalho entre professor da sala normal e sala de recursos. (Opções: A= Reuniões periódicas e B= Diariamente)

Constatamos que nas escolas da rede estadual esta mediação ocorre através de reuniões previamente marcadas e nas escolas municipais ocorre através de reuniões e diariamente, o que nos mostra que o trabalho das salas de recursos e da sala normal estão sendo aproveitados e discutidos entre os professores, pois é de fundamental importância a troca de experiências entre professores. As discussões servem para auxiliar o professor na busca de orientações e recursos que facilitem o trabalho assegurando a aprendizagem. Compreende-se que a falta de comunicação eficaz prejudica o desenvolvimento do aluno. Corroborando Brasil (2012) que a relação entre professor da sala de recursos e o professor que atende na sala comum, deve ser harmoniosa, realizada em parceria, sempre buscando eliminar obstáculos e favorecer a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos atendidos.

Questão 06: Como os alunos com necessidades educacionais especiais aceitam este trabalho?(Figura 15)

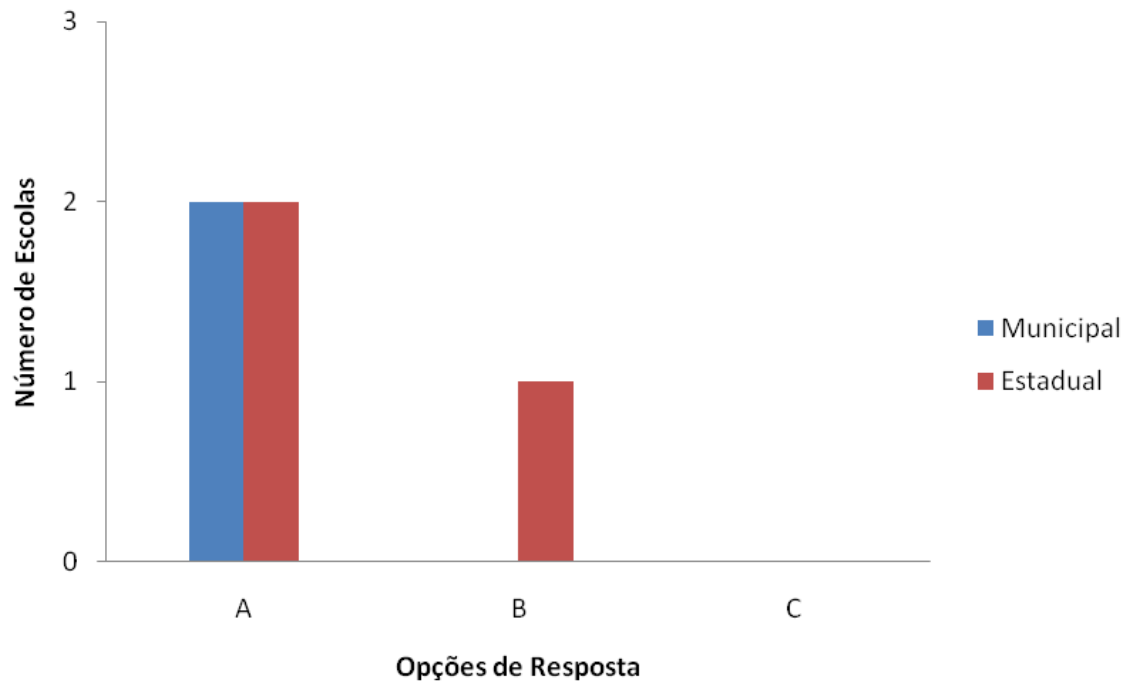


Figura 15: Ilustração representativa da questão 06, sobre a aceitação dos alunos que são atendidos na sala de recursos. (Opções de Resposta: A= Boa aceitação; B= São resistentes e C= Não aceitam)

Evidenciamos que a aceitação desses alunos tanto na rede estadual quanto municipal é boa, não podemos deixar de dar ênfase ao trabalho da família desta criança que procura recursos específicos para que seu filho sinta-se bem, satisfeito e disposto a aprender; além de que a relação da família com a escola faz diferença para que este discente entenda sua importância neste contexto, sabendo conhecer, conviver e entender sua dificuldade. Em apenas uma escola estadual observou-se que ainda há alunos resistentes a este atendimento, o que nos faz entender que ainda existe uma teimosia por parte dos alunos em compreender este tipo de atendimento diferenciado, concluindo que a adolescência poderá influir para esse padrão negativo, a vergonha ou a falta de aceitação da sua deficiência, a ausência da família no contexto escolar.

A deficiência, por si mesma, não se localiza estreitamente associada a dificuldades de aprendizagem, mas inúmeros alunos expressam dificuldades de aprendizagem e não apresentam qualquer tipo de deficiência. Ambos, entretanto, possuem necessidades educacionais especiais, exigindo recursos que não são utilizados para os demais alunos (Brasil, 2006).



Questão 07: Como você orienta os professores a realizarem seu trabalho para que ocorra a aprendizagem? (Figura 16)

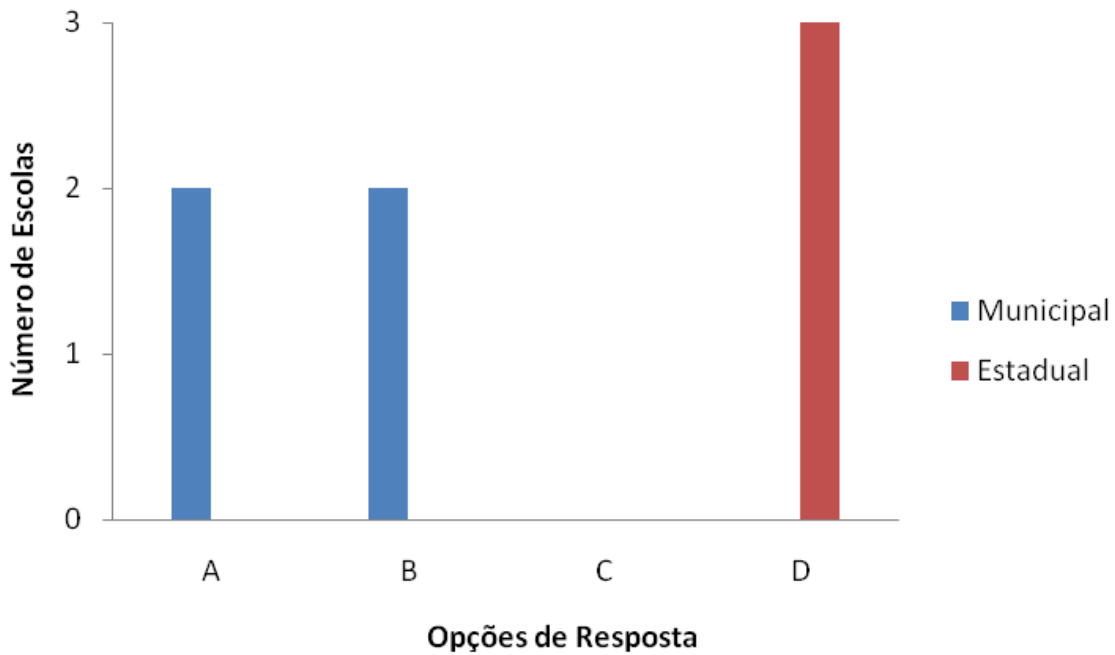


Figura 16: Representação do resultado da questão07, onde foi questionado como ocorre a orientação pelos professores do AEE aos professores da sala comum. (Opções de Resposta: A= Sugerindo atividades; B= Procurar formas de adaptação da disciplina; C= Sugerindo à equipe diretiva a compra de materiais para facilitar o trabalho do professor e D= Todas as alternativas)

O gráfico ilustrado acima confirma que a orientação feita pelos educadores da sala de AEE aos educadores da sala comum ocorre nas escolas da rede municipal principalmente por meio de sugestões e formas de adaptação das diferentes áreas do conhecimento com a realidade ou dificuldade imposta pelo educando. Nas escolas da rede estadual constatou-se que as escolas fazem esta mediação por meio de todas as alternativas, ou seja sugerem atividades, adaptando as demais disciplinas conforme as dificuldades apresentadas pelo aluno, sugerindo a direção a aquisição de materiais para auxiliar o trabalho dos professores da sala comum. Entendemos a importância da orientação dos professores das salas de AEE, auxiliando os demais professores na busca de alternativas para que ocorra o entendimento, a aprendizagem, as analogias corretas. Precisamos destas



intervenções pedagógicas como ferramenta auxiliadora na educação inclusiva sanando as dificuldades apresentadas ao longo do ano letivo.

Nesse sentido Carnevale et al. (2013) observa que o professor especializado desempenha um importante papel quando atua de forma colaborativa com o professor da classe comum, definindo juntos estratégias pedagógicas e discutindo sobre a elaboração de recursos benéficos do acesso, por parte do aluno em processo de inclusão, aos mesmos conteúdos ministrados aos colegas de classe, o que viabiliza sua efetiva interação no grupo e a participação em todos os projetos e atividades pedagógicas. E assim acredita-se que as barreiras físicas e atitudinais podem ser transpostas, bem como serão possíveis, a participação, a independência e a autonomia desses alunos em sala de aula e na sociedade.

Questão 08: Como é o aproveitamento dos alunos após a passagem pela sala de AEE? (Figura 17)

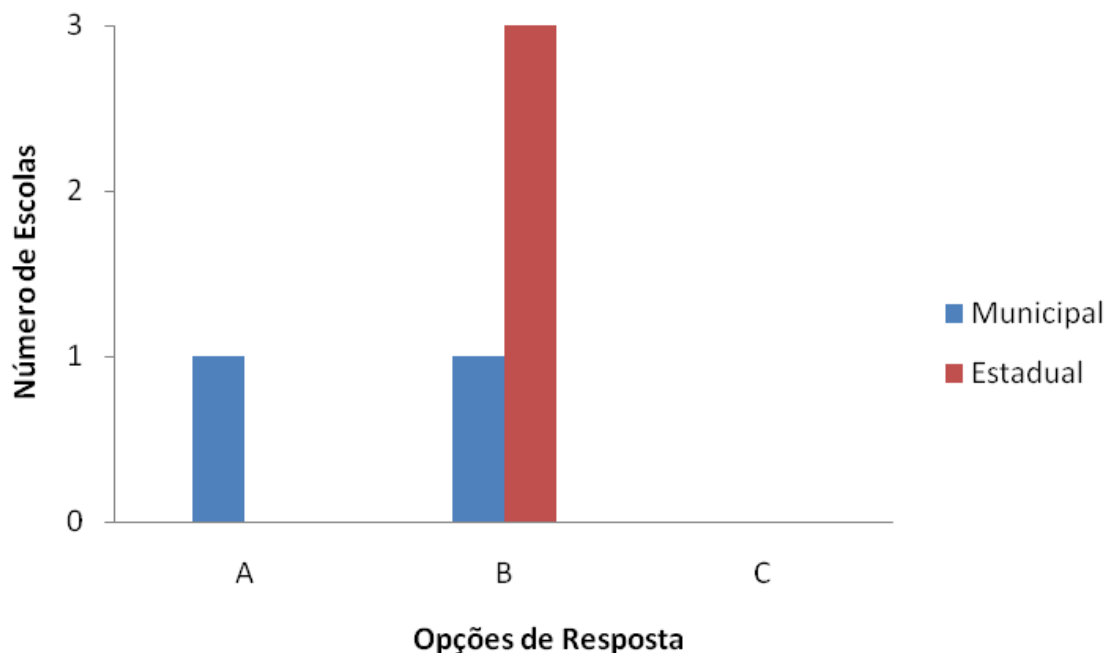


Figura 17: Representa o resultado sobre aproveitamento dos alunos que passaram pela sala de recursos.(Opções de Resposta: A= Bom, pois o aluno aprende a buscar conhecimento; B= Depende da motivação do aluno e do tipo de deficiência e C= Muito bom, pois ele consegue mediar conhecimento através da orientação)



Nas escolas da rede municipal este aproveitamento é bom, salienta-se que a busca do conhecimento depende da motivação e tipo de deficiência do aluno, daí a importância da educação inclusiva para o aprendizado e conhecimento para a vida do aluno incluído. Nas escolas da rede estadual observamos que a aprendizagem depende da motivação do aluno e do tipo de deficiência apresentada, assim averiguamos que alunos que não estão motivados a buscar o conhecimento ou até mesmo que não aceitam a inclusão ou sua deficiência, ficam desmotivados e não aproveitam a oportunidade de adquirir conhecimento. Não podemos deixar de considerar que o grau de dificuldade imposto pela deficiência afeta o aproveitamento futuro do aluno.

Em outras palavras, avalia-se o aluno para conhecer e compreender a dinâmica existente entre todas as variáveis que o circundam, com o objetivo de melhorar as respostas educativas, de modo que atendam ao compromisso de desenvolver a cidadania de todos os aprendizes (BRASIL, 2006).

CONCLUSÃO

Com o término deste trabalho observamos que as escolas do município de Santiago possuem infraestrutura para receber alunos com necessidades educacionais especiais, porém concluímos que ainda são necessárias algumas adaptações estruturais das mesmas para que este atendimento seja realmente de qualidade. A inclusão é para todos, e ainda são necessárias mudanças no comprometimento com a LDB, tanto na esfera estadual quanto municipal, que o professor de AEE é sujeito imprescindível na mediação, para que ocorra uma prática pedagógica produtiva e eficaz.

É notório que todo esse processo é lento e gradual, que educadores, pais e escola devem se preocupar mais com o aluno com necessidade especial, buscando ações conjuntas, priorizando assim ensino e aprendizagem.

Ensino inclusivo não é ensino com educação especial. Educação especial é ensino fragmentado, fora do ensino regular, baseado na crença de que estes discentes não podem estar inseridos na escola comum. Precisamos que nossos governantes disponibilizem verbas adequadas, ocorram novas nomeações de professores para salas de AEE, cursos para



professores de classes comuns com alunos incluídos, cursos para professores de sala de AEE, para que todos os alunos especiais tenham aprendizagem significativa.

Precisamos também do comprometimento dos professores das diferentes áreas do conhecimento tentando minimizar as diferenças entre seus alunos, buscando estratégias para desenvolvimento de habilidades e competências, acreditando que a educação é a base para uma sociedade melhor, sem fragmentações. É preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio entre alunos, docentes, gestores, família, todos com um único propósito: tornar a vida deste educando mais significativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, C. **Professores e Professores: Reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009

BEZ, A.S. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL (SC): REALIDADE, DIMENSÕES E CONTRIBUIÇÕES**. Cuiabá, 2009. Disponível em http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201007111045971andrea_da_silva.pdf Último acesso em 24/01/2017.

BRASIL, **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. 1996. Disponível em: http://WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP,2008.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva**. Brasília: MEC/SEB,2012.



BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/ Secretaria de Educação Especial** – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais**. 2 ed.: coordenação geral SEESP/MEC. MEC, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

CARNEVALE, L; KRÜGER ,S.I; BERBERIAN, A.P; PAN, B.B; STADLER, S.T; GONSALVES,F.C. Atuação de Professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em comunicação alternativa na região Centro Sul do Paraná.In: **V CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA:COMUNICAR PARA INCLUIR**. Gramado/RS. 2013.

CARVALHO, R.E. **A nova LDB e a Educação Especial**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

CARVALHO, R.E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 7ª Ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

CURY, A. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, Apostila: 2002.

FRESCURA,V.D. **O ensino de Ciências e os trajetos inclusivos na teia escolar**. Santiago: Projeto monográfico-URI Campus de Santiago, 2008.

Gil, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo : Atlas,2008.



IBDD, Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Inclusão social da pessoa com deficiência: medidas que fazem a diferença.** Rio de Janeiro: IBDD, 2008.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, M.T.E. **Ser ou estar: eis a questão: Explicando o déficit intelectual.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora WVA, 2000.

MAZZOTTA, M.J.S. **Trabalho docente e formação de professores de educação especial.** São Paulo: EPU, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2007.

MOREIRA, M.A; ROSA, P. Mapas Conceituais. **Caderno Catarinense de Ensino de Física.** Florianópolis, v.3(1),p.17-25, abr. 1986.

MOYLES, J.R. **Só brincar? O papel do brincar na educação infantil.** Tradução: Maria Adriana Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SCARTASSINI, L. B; SCHAF, F. M. **Sala de Recursos: utilizando as tecnologias de informação e comunicação como metodologia educativa.** 2011. Disponível em <http://coral.ufsm.br/educom/anais/usuarios/SCARTASSINI.pdf>. Acessado em 20/06/2016.

SILVA, L.R.S.; REIS, M.B.F. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O DESAFIO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES.** 2011. Disponível em www.ueginhumas.com/revelli/revelli5/...n1/revelli.v3.n1.art01.pdf. Acessado em 03/11/2016.



STAINBACK, S; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médica Sul, 1999.

TAROUCO, L.M.R; ROLAND,L.C; FABRE, M.J.M; KONRATH, M.L.P. Jogos educacionais. **CINTED-UFRGS: Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 2, nº 1, mar, 2004.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educacionais especiais**. Unesco, 1998. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf. Acessado em 16/11/2016.

AGRADECIMENTOS

As escolas Municipais e Estaduais que colaboraram com a pesquisa, bem como as diretoras dos educandários e as professoras da sala de AEE.